



Vol. 5 nº 9 jan/jun 2010
p. 121-138

PROGRAMA NACIONAL DE FORMACIÓN DE EDUCADORES Y EDUCADORAS: POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR NA VENEZUELA

Débora Villetti Zuck¹
Francis Mary Guimarães Nogueira²
(UNIOESTE)

Resumo: Este artigo de carácter documental e bibliográfico se propõe a identificar os objetivos e analisar a concepção de educação presente no *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras* (PNFE). O referido programa faz parte da *Universidad Bolivariana de Venezuela* (UBV) e da *Misión Sucre*, expressões centrais da Política Educacional para o Ensino Superior na Venezuela, implantadas em 2003 como alternativa ao sistema educacional superior, que não estaria dando resposta às demandas da sociedade e ao processo de transformação em curso no referido país. Neste estudo, foi possível apreender que o PNFE tem como intuito formar o novo educador que necessita a República, levando em consideração o humanismo bolivariano com um enfoque sócio-histórico, bem como que a concepção de educação expressa no PNFE está relacionada a postulados liberais, particularmente os enunciados no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Dadas as contradições na realidade venezuelana do processo revolucionário em curso, entende-se que esta concepção precisa ser superada.

Palavras-Chave: *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras*; Política Educacional para o Ensino Superior na Venezuela; Relatório Delors.

PROGRAMA NACIONAL DE FORMACIÓN DE EDUCADORES Y EDUCADORAS:
EDUCATIONAL POLITICS TO THE HIGHER EDUCATION IN VENEZUELA

Abstract: This article has a documental and bibliographic character and its purpose is to identify the objectives and analyze the conception of education in the *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras* (PNFE). This program is part of the *Universidad Bolivariana de Venezuela* (UBV) and of the *Misión Sucre*, central expressions in the Educational Politics to the Higher Education in Venezuela, established in 2003 as an alternative to the Higher Education System, which was not corresponding to society's demands and to the transformation process occurring in the mentioned country. In this study, it was possible to apprehend that the PNFE has as its aim to train the new educator who needs the Republic, considering the Bolivarian humanism with social-historic focus,

as well as the conception of education indicated in the PNFE is related to liberal postulates, particularly the ones listed in the International Committee Report about Education to the 21st century. Given the contradictions in the Venezuelan revolutionary process in course, it is understood that this conception needs to be overcome.

Keywords: *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras*; Educational Politics to the Higher Education in Venezuela; Delors Report.

1. POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR E ESTADO VENEZUELANO: UM CONTRAPONTO?

Ao se propor realizar neste artigo a identificação dos objetivos e a análise da concepção de educação expressa no *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras*, a partir de documentos oficiais venezuelanos e de fontes secundárias, parte-se do pressuposto de que o entendimento do objeto de estudo em questão traz em seu bojo a orientação política do Estado venezuelano. Nas últimas décadas do século XX, o Estado venezuelano foi reduzindo progressivamente suas responsabilidades em relação à educação, especificamente, referente ao nível superior, havendo uma diminuição do orçamento público destinado à educação, entre 1989 e 1998³ (VENEZUELA, 2005).

Essa, todavia, não é uma peculiaridade do caso venezuelano, mas um reflexo da Reforma Educativa, levada a cabo na década de 1990 – de forma distinta em vários países da América Latina – como parte da chamada Reforma do Estado (GAJARDO, 2000; OSZLAK, 1999)⁴. De certo modo, como uma estratégia para construir a viabilidade do projeto de privatização desse nível de ensino, o que acabou por favorecer a exclusão dos estudantes oriundos dos setores mais pobres⁵ (VENEZUELA, 2005). Porém, parece que, pelo menos em parte, essa tendência das últimas décadas tem se revertido, pois com a eleição de Hugo Chávez Frías e com a nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV), em 1999, o formato jurídico-político do Estado se reorientou e se definiu, conforme o artigo 2º da Constituição, como um Estado democrático e social de direito e de justiça⁶ (VENEZUELA, 2000).

Esta nova aceção de Estado teve desdobramentos políticos, econômicos, culturais e educacionais, na medida em que seria preciso dar respostas efetivas a problemática educativa de exclusão da população pobre e marginalizada, que se arrastava historicamente e se aprofundou na década de 1990 com as políticas neoliberais.

Com todo o cenário de marginalização da população com empregos informais e desempregadas, a orientação constitucional de que o Estado deveria ser democrático e social de direito e de justiça, permitiu ao governo de Hugo Chávez Frías propor e implementar, a partir de 2003, programas de grande impacto social, na direção de

deixar no passado a enorme dívida social com o povo venezuelano que esteve a margem dos bens sociais.

Segundo Barros (2007, p. 38) “A característica mais peculiar do processo bolivariano é que a construção das políticas econômicas e sociais ocorre durante o processo, desprendidas de modelos econômicos, políticos ou ideológicos pré-existentes”, logo, “o sistema é criado a cada momento”, pois “há um Estado construído e controlado”.

Uma vez que o projeto revolucionário não se desenvolve sem tensões, dos enfrentamentos que ocorreram entre governo e oposição, vale destacar a greve ou *paro petrolero*, que ocorreu entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, movimento organizado pela Fedecamera – Federação dos Empresários da Venezuela – que pretendia, com a paralisação da empresa petroleira, em última instância derrubar o presidente. Desta tentativa fracassada resultaram importantes mudanças nos rumos da política interna do país, pois o governo entendeu que deveria atuar de forma distinta nos campos político, econômico e social se quisesse concretizar o projeto com o qual se elegeu. Desta forma na área social, passou a implementar uma série de políticas sociais de caráter massivo, denominadas de missões⁷, financiadas com recursos vindos diretamente da PDVSA (Petróleos da Venezuela SA). Dentre as ações voltadas para a consecução do Projeto Revolucionário Bolivariano (PRB), propôs, também, o Projeto Bolivariano de Educação (PBE). Logo, no que diz respeito à educação, “Um novo mapa estratégico da Educação Bolivariana”⁸ - que em sua implementação ganhou *status* de sistema - foi composto dos seguintes níveis: *Proyecto Simoncito*, *Escuela Bolivariana*, *Liceo Bolivariano*, *Educación Técnica Robinsoniana* (ensino técnico, educação média profissional), *Universidad Bolivariana de Venezuela* (ensino superior), e *Sistema Nacional Inclusivo de Misiones - Robinson, Ribas e Sucre* (educação do adulto).

Isso porque, para concretizar o Estado de direito, justiça e equidade o governo bolivariano pressupõe que seja necessário uma educação conscientizadora da população excluída e, nesse sentido, implanta a educação bolivariana opondo-se à neocolonização, ao transplante de culturas, à alienação, às elites e à exclusão, pois entende que o sistema educacional da Venezuela transita na direção indispensável à construção de uma nova sociedade (VENEZUELA, 2005), quiçá diferente do projeto burguês.

Dessa forma, para que se consiga chegar a refundação da república como o governo de Hugo Chávez Frías almeja, é necessário destruir a concepção de política social impregnada do neoliberalismo e construir uma nova, que rompa com o sistema instituído e edifique as bases para o novo Estado. Nesse sentido, ao que parece, as noções que sustentam as diretrizes das políticas sociais do governo Chávez estão na proposta de equilíbrio social, onde o governo faz críticas ao projeto neoliberal e defende a equidade, que se torna um dos conceitos fundamentais da concepção de sociedade defendida pelo então governo.

O conceito de equidade nas políticas sociais, na Venezuela, de certa forma segue as orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

e a Cultura (UNESCO), e tem como entendimento o:

acesso a bens e serviços públicos e, em face de sua associação com a justiça social e o combate à pobreza, acaba compondo um tipo de política social fragmentada, caracterizada pela racionalização de recursos, focalização (nos pobres) e pela seletividade (para determinados grupos) (RIZZOTTO, 2007, p.44).

Também a proposta da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para a década de 1990 tem como estratégia a educação e o conhecimento como eixos da transformação produtiva com equidade (CEPAL, 2000). E, a fim de atingir o objetivo da equidade, conforme Gajardo (2000), experiências de aumento da jornada escolar e programas que têm como foco grupos vulneráveis são aceitos como uma das políticas mais adequadas. Isso parece se expressar na realidade educacional venezuelana, com a implementação do novo sistema educativo, com níveis de ensino de jornada de tempo integral e ao passo que está direcionado aos grupos que historicamente estiveram à margem do processo educativo.

Todavia, dado o processo em curso desde 1999, segundo Barros (2007) a experiência bolivariana na Venezuela pode ser considerada como a primeira ruptura, de um governo sul americano, com as diretrizes do Consenso de Washington. Isso porque, quando na presidência em 1998 nenhum outro presidente da região demonstrava simpatia com as políticas chavistas que então se seguiriam. Contudo, em 2006 há uma mudança considerável, dada pelo fracasso da aplicação da agenda neoliberal na América Latina, refletida, em diferentes medidas, pelas situações de novos governos nos países da região, tais como: na Argentina com Néstor Kirchner, no Brasil com Lula, no Uruguai com Tabaré Vasquez, na Bolívia com Evo Morales, no Chile com Michele Bachelet e no Equador com Rafael Correa. Esse quadro político, de acordo com Barros (2007, p. 39) “expressa a tentativa de reconstruir (ou construir) Estados que foram comprometidos nos anos noventa”. Mas, esse quadro favorável, somente será mantido se houver pressão da sociedade, tencionando os governos.

Historicamente, bem se sabe que, a burguesia na correlação de forças estabeleceu as políticas que lhe são convenientes, a fim de continuar, com suas estratégias para a reprodução do modo de produção capitalista e nessa tensão de classes o resultado alcançado pela e para a classe trabalhadora, em última instância, é o que está nos seus limites, afinal, na lógica de funcionamento capitalista isso não poderia ser diferente. Contudo, se não houver tensão de classe não se avança para lugar nenhum, então, as políticas sociais podem ser um campo de possibilidades, que precisa ser entendida como resultado das contradições desta forma de produzir a vida.

Depois de delineados os parâmetros em que se circunscreve a Política Educacional venezuelana, entendida como parte das Políticas Sociais, e a orientação do Estado, a partir do governo Hugo Chávez Frías - que se propõe em contraponto a política de cunho neoliberal – apresenta-se, a seguir, como isso se expressa na UBV, principal Política Educacional para o Ensino Superior da Venezuela.

2. UNIVERSIDAD BOLIVARIANA DE VENEZUELA (UBV)

A Educação Superior venezuelana esteve marcada historicamente por Políticas Educacionais desvinculadas da realidade social, com currículos fechados, academicistas, elitistas, que respondiam mais aos interesses do mercado, que a formação de um cidadão integral (VENEZUELA, 2006)⁹. No intuito de reverter essa situação, o Estado venezuelano, a partir das Políticas Educacionais do governo de Hugo Chávez Frías, propôs e implementou o Sistema Educativo Bolivariano, como um processo de produção aberto e dinâmico, ao mesmo tempo que instaurou as Missões Educativas, como estratégia para saldar a dívida social acumulada (VENEZUELA, 2006).

Enquanto parte deste Sistema, como assinalado anteriormente, foi criada a *Universidad Bolivariana de Venezuela*, por meio do Decreto Presidencial nº. 2517, de 18 de julho de 2003, como alternativa ao sistema educacional superior da Venezuela, que não estaria dando resposta às demandas da sociedade e do processo de transformação em curso no referido país, visto que, se expressava uma impossibilidade de realizar o Projeto Revolucionário Bolivariano (PRB) com um modelo de universidade tradicional, uma vez que a formação ministrada nestas e a produção de conhecimento em seu interior, na grande maioria das vezes, tem se colocado contra o projeto revolucionário. Logo,

Um projeto de sociedade que pretende estabelecer novas relações sociais requer novas instituições, novo Estado, novo homem e novos profissionais. Parece serem estes os determinantes que orientam a criação da UBV, com a função de formar, numa perspectiva distinta da que vinha ocorrendo nas universidades consolidadas do país, um contingente de profissionais para ajudar a levar adiante o Projeto Revolucionário Bolivariano (RIZZOTTO, 2007, p. 7).

Em vista da relação com o PRB, a UBV em seus pressupostos gerais compromete-se em realizar uma educação que:

[...] conceda la posibilidad de construir una sociedad justa, equitativa, solidária, libre, y democrática, tanto como constituírnos a nosotros mismos como sujetos éticos por sus características de reflexiva, crítica, analítica, que permita aprender a aprender y desaprender, que estimule la imaginación y la creatividad, que genere gran capacidad de posicionamiento ante situaciones caracterizadas por la incertidumbre, que estimule el trabajo en grupo, que desmitifique la investigación, que fomente la lectura y la escritura, que promueva el ejercicio de relaciones democráticas, que genere un horizonte de valores asociados a las virtudes colectivas da las que fluyan virtudes morales individuales, que nos permita reconocer las diferencias y conocernos en ellas, que forje la valoración y defensa de lo maspreciado que tiene el ser humano: su derecho a vivir una vida digna y que nos permita tener un alto sentido ético y estético (VENEZUELA apud RIZZOTTO, 2007, p. 53).

A criação de programas de graduação na UBV são orientados por pressupostos distintos, ligados as necessidades locais de cada comunidade e podem deixar de existir quando a necessidade é suprida, por isso são programas e não cursos. Entre os primeiros programas criados estão: comunicação social, estudos jurídicos, gestão ambiental, gestão social do desenvolvimento local, agroecologia, arquitetura, estudos políticos, informação para a gestão social, gestão em saúde pública e o PNFE¹⁰. A definição da oferta dos programas nas comunidades locais depende do planejamento e das demandas, o que justifica a existência de uma política de municipalização da educação, em todos os níveis, onde predomina os critérios locais na definição da política (RIZZOTTO, 2007). No caso do PNFE, este pode ser cursado nas aldeias universitárias (espaços educativos municipais) em todo país, em razão da política de municipalização.

3. MISIÓN SUCRE

O Plano Extraordinário Mariscal Antonio José de Sucre, denominado *Misión Sucre*, com caráter estratégico e não permanente, foi criado por meio do Decreto 2.601 de 2003 para garantir o direito a Educação Superior à população que não conseguiu entrar neste nível de ensino nas instituições oficiais e a fim de articular a educação ao desenvolvimento e igualdade social (VENEZUELA, 2006). Entre as considerações apresentadas no decreto aponta-se que:

la política social diseñada por el actual Gobierno Revolucionario, se encuentra basada en un escenario de crecimiento con equidad y, por otra, que la educación es el principio articulador del desarrollo con equidad social y que los esfuerzos realizados en materia de acceso a la educación superior han resultado insuficientes (VENEZUELA, 2004, p. 38).

Num cenário não distante da realidade dos demais países da América Latina, como por exemplo o Brasil, onde historicamente as universidades respondem aos interesses das classes dominantes e a educação se organiza de tal forma que o acesso ao ensino superior depende efetivamente das condições econômicas, a Missão Sucre tem o papel fundamental para o processo político em curso naquele país, ao possibilitar o acesso ao ensino superior para a grande maioria marginalizada e excluída que não teve esse acesso no sistema tradicional de educação. Desta forma, manifesta-se a política de universalização da educação superior posta em prática pela estratégia de municipalização do ensino.

A Missão Sucre é a fase que fecha o ciclo de formação da educação escolar para a parcela da população que não teve acesso a educação superior. Isso porque as Missões Educativas abarcam desde a alfabetização até o ensino superior, por meio, respectivamente, da Missão Robinson I e II, Ribas e Sucre, que fazem parte

do conjunto de políticas sociais que o governo de Hugo Chávez Frías vem implementando desde 2003 na Venezuela.

Com a *Misión Sucre*, criada concomitantemente à abertura da UBV, que garante o processo legal de criação de programas de formação, titulação dos formandos em técnico do ensino superior e bacharelado, o governo pretendeu dar uma nova direção a este nível de ensino, buscando formar um novo homem, com traços humanitários, solidários e comprometidos com o Projeto Revolucionário Bolivariano. Voltada para os jovens e adultos que se encontram fora da faixa etária normal e para os egressos das missões apontadas acima, a Missão Sucre desenvolve os denominados “programas nacionais de formação”. Estes perfazem um total de 24, sendo: *Formación de Educadores, Administración y Gestión, Artes Plásticas, Turismo y Hospitalidad, Construcción Civil, Gestión Ambiental, Diseño Integral Comunitario, Electricidad, Electrónica, Transporte Acuático mención máquinas, Gestión Social del Desarrollo Social, Información y Documentación, Matemática, Sistemas de Informática, Manejo de emergencia y acción contra desastres, Mecánica, Proceso de Refinación de Petróleo o Hidrocarburos, Comunicación Social, Polímeros, Química, Tecnología de Producción Agroalimentaria, Estudios Jurídicos, Geología y Minas, Tecnología de Alimentos, Ingeniería de Gas*. Os respectivos programas funcionam nas aldeias universitárias que estão sendo criadas em todo o território nacional, pela política de municipalização, diretriz que tem como referência principal a localização geográfica espacial, histórica, social, cultural e econômica da prática educativa universitária, pelo próprio entendimento de desenvolvimento endógeno, que prioriza as potencialidades e necessidades das comunidades locais, sendo que a definição de quais programas devem ser ofertados depende também do planejamento.

Após esse breve panorama das expressões centrais da política educacional venezuelana para o ensino superior, qual seja da UBV e da Missão Sucre, em que se inscreve o Programa Nacional de Formação de Educadores e Educadoras, na sequência adentra-se especificamente neste objeto de estudo, propondo-se identificar seus objetivos e analisar a concepção de educação que o norteia.

4. PROGRAMA NACIONAL DE FORMACIÓN DE EDUCADORES Y EDUCADORAS

O *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras* (PNFE) concretiza o projeto de formação resultado da correlação entre a *Universidad Bolivariana de Venezuela* e a *Misión Sucre*, o Ministério de Educação Superior (MES) e o Ministério de Educação e Desportos (MED). As bases legais que o sustentam são a CRBV, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2001-2007) e a Municipalização da Educação Superior.

A CRBV (VENEZUELA, 2000), em seu Preâmbulo¹¹, expressa o pressuposto

de um Estado de direito, de justiça social, de igualdade, sem discriminação nem subordinação. Face a isso:

responde el Programa Nacional de Formación de Educadores con la concepción de la universalización de la Educación Superior en su doble propósito: garantizar igualdad de oportunidades al dar acceso al mismo a todos (as) los (las) bachilleres que deseen ingresar al mismo, así como promover su crecimiento profesional y humano desde el contexto local con visión de lo regional, nacional e internacional como expresión del derecho al trabajo, a la cultura y a la vida (VENEZUELA, 2006, p. 9/10).

E, como alternativa para concretizar a universalização indica a Municipalização da Educação Superior, com a adoção de uma concepção diferente na formação do novo educador, consciente de seu trabalho protagônico. O documento indica que a concepção municipalizada favorece a participação ativa e protagônica dos diferentes atores: professor acessor, estudantes e professor tutor, cujo desempenho se orienta para a formação do novo educador que necesita o país para a refundação da república e onde a instituição escolar tem responsabilidade vital no processo formativo (VENEZUELA, 2006).

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2001-2007), o Programa leva em conta os equilíbrios sociais (ampliar e desenvolver com equidade as oportunidades na sociedade venezuelana), econômicos (crescimento sustentável), territorial (corrigir os desequilíbrios ambientais), político (participação protagônica) e internacional (relações multipolares com o mundo) (VENEZUELA, 2006). Definidas as bases legais, o Programa tem como objetivo:

formar al nuevo (a) educador (a) que necesita la República Bolivariana de Venezuela, tomando en cuenta el humanismo bolivariano con un enfoque socio-histórico, donde el sujeto que aprende es un ser social, protagonista de la reconstrucción y/o construcción de su conocimiento, que busca soluciones a los problemas de su entorno [...] tiene una concepción abierta y flexible que considera su constante enriquecimiento en la interacción de lo local, regional, nacional e internacional, con la finalidad de promover el desarrollo endógeno (VENEZUELA, 2006, p. 7).

Para tanto, o PNFE:

ofrece un modelo innovador, dinámico e interactivo, para la formación de un (a) educador (a), que bajo un enfoque dialéctico, desarrolle sus potencialidades, de forma integral e integrando las necesidades de su ambiente educativo y de la comunidad a sus aprendizajes, en correspondencia con los ámbitos particulares de la diversidad geográfica de la Nación [...] **el Programa asume los pilares fundamentales para la educación del siglo XXI planteados por la UNESCO en 1997: “aprender a conocer”, “aprender a hacer”, “aprender a convivir” y “aprender a ser”, como referentes para responder a las**

exigencias de la Educación Bolivariana que los asume desde una posición holística (VENEZUELA, 2006, p. 6) [grifos nossos]

Na estrutura curricular¹² o Programa contempla a metodologia de Projetos de Aprendizagem que *“deben ir aumentando el nivel de complejidad, en correspondencia con el desarrollo profesional que van adquiriendo los (las) estudiantes durante los distintos semestres, contemplando acciones de planificación, ejecución y control”* (VENEZUELA, 2006, p. 12). Por meio dos Projetos de Aprendizagem o estudante *“ejercerá un papel activo, protagónico, participativo y corresponsable sobre el acontecer social, educativo, económico, ideológico, cultural y político dentro de la escuela y su comunidad con un enfoque pedagógico”* (VENEZUELA, 2006, p. 27).

A Estrutura Curricular organizada na forma de Trayectos de Formación está dividida em três momentos: Inicial (1 semestre – Projeto de vida), Intermédia (4 semestres – Projetos de Aprendizagem) e Especializada (3 semestres – Projetos de Aprendizagem). Também os Projetos de Aprendizagem poderão ser desenvolvidos por professores especialistas nas temáticas necessárias, os chamados *“Talleres Electivos”* (entre o 5º e 8º semestre), cursados conforme o tema e necessidade do projeto do aluno (VENEZUELA, 2006). Assim,

Una diferencia esencial de este Programa con la formación tradicional de educador (a) en otras instituciones es que desde el trayecto inicial el (la) estudiante se vincula a una escuela o ambiente educativo y a su comunidad, escenarios que junto a la aldea universitaria velan por su formación (VENEZUELA, 2006, p. 18)¹³.

A duração do Programa é de 2 anos¹⁴, em regime acadêmico presencial, diurno, noturno ou finais de semana, conforme as necessidades do estudante em cada região¹⁵. Após a formação, com o título de Técnico em Educação Superior, irá desempenhar, como educador (em qualquer nível da estrutura Sistema Educativo Bolivariano, em ambientes escolarizados e não escolarizados) funções docente, investigativa e comunitária.

O PNFE fundamenta sua concepção na formação de um educador em e para a escola. Essa concepção confere a escola um papel relevante na formação docente, como principal cenário para formação dos novos educadores (escola/ ambiente educativo). A escola como parte do Sistema Educativo Bolivariano, se converte no espaço que deve cumprir uma dupla função: a formação das crianças, adolescente, jovens e adultos e a do novo educador, o qual implica que a mesma se converta em modelo no decorrer de seu funcionamento interno, que seja fonte permanente de motivação para os futuros educadores e que se inclua coerentemente na concepção pedagógica geral do PNFE, em estreita relação com as Zonas Educativas, as aldeias universitárias e demais instituições e organizações da comunidade.

5. CONCEPÇÃO NORTEADORA DO PNFE

Os documentos analisados sugerem que como consequência da crítica do modelo de formação que teria elitizado o ensino em todos os níveis, portanto inclusive o superior, o projeto educacional bolivariano apresenta mudanças na forma e no conteúdo do processo de formação, que acaba estabelecendo o desenvolvimento de estratégias que privilegiam os quatro pilares, referenciados no Relatório Jacques Delors, do novo tipo de educação: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser. Esse entendimento fica explícito visto que, para formar, como síntese, o ser social como novo(a) republicano(a) bolivariano(a)

La integralidad y la progresividad articulan de manera coherente y continua los ejes del aprender a convivir, saber y hacer que se dan a través de niveles educativos correspondientes a cada período da vida (VENEZUELA, 2006, p. 6).

Esse mesmo entendimento está em documentos do governo que tratam da educação em geral ou de formação específica, como o *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras*. Tais orientações pedagógicas, que são conceitos centrais na atual forma educacional venezuelana, originam-se em organismos internacionais como a UNESCO, e foram apresentadas no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenado por Jacques Delors. Pois, conforme coloca Delors (2006, p. 89/90), para responder ao “conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento”, são eles: aprender a conhecer¹⁶; aprender a fazer¹⁷; aprender a viver juntos¹⁸ e aprender a ser¹⁹. O pressuposto do PNFE está em consonância com o que Delors aponta:

Desenvolver os talentos e as aptidões de cada um corresponde [...] a missão fundamentalmente humanista da educação, à exigência de equidade que deve orientar qualquer política educativa e às verdadeiras necessidades de um desenvolvimento endógeno, respeitador do meio ambiente humano e natural, e da diversidade de tradições e de culturas (DELORS, 2006, p. 85). [grifos nossos].

Segundo Delors (2006), as Políticas Educacionais devem transparecer que a educação tem a responsabilidade de edificar um mundo mais solidário:

Um novo humanismo que a educação deve ajudar a nascer, com um componente ético essencial, e um grande espaço dedicado ao conhecimento das culturas e dos valores espirituais das diferentes civilizações e ao respeito pelos mesmos para contrabalançar uma globalização em que apenas se observam aspectos econômicos ou tecnicistas (DELORS, 2006, p. 49).

Conforme RIZZOTTO (2007), na proposta de Projeto Bolivariano, é possível identificar traços que compõem um entendimento de educação, que segundo Saviani (1987, p. 25)²⁰ tratar-se-ia da “concepção humanista moderna” de filosofia da educação, que abrange correntes filosóficas como o Pragmatismo, o Vitalismo, o Humanismo, o Existencialismo e a Fenomenologia. E, define-se numa visão de homem centrada na existência, na vida, na atividade. Considera o homem completo desde o nascimento e inacabado até morrer. Essa perspectiva está de acordo com o entendimento de Delors, em especial ao discorrer que “(...) o processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado, e pode enriquecer-se com qualquer experiência” (DELORS, 2006, p. 92/93), pois, a educação é “uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade” (DELORS, 2006, p. 101).

Conforme Saviani (2003) esse modo de entender a educação move o eixo da questão pedagógica: do intelecto para o sentimento, do lógico para o psicológico, dos conteúdos para os métodos, do professor para o aluno, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, do diretivismo para o não-diretividade, da quantidade para a qualidade, da ciência lógica para a experimentação e do aprender para o aprender a aprender.

Ao tratar das “pedagogias do aprender a aprender”, Newton Duarte (2003) localiza suas origens no movimento da Escola Nova. Aprender a aprender é a bandeira da concepção educacional voltada para formar a capacidade de adaptar os indivíduos, que relativiza o conhecimento sistematizado pela humanidade e desqualifica o papel do professor.

De acordo com Saviani (2003, p. 63), a pedagogia baseada no movimento escolanovista entende, assim como a pedagogia tradicional, “a escola como ‘redentora da humanidade’. Acreditava-se que era possível modificar a sociedade por meio da educação”.

O Relatório Delors (2006), ao que parece consoante a essa orientação, expressa que uma das missões que cabem à educação²¹ seria garantir o desenvolvimento econômico e social, pois considera que, no início do século XXI, a atividade de educar e formar “tornou-se um dos motores principais do desenvolvimento” (DELORS, 2006, p. 72). Dessa forma, o conceito de educação ao longo de toda a vida é uma das chaves para entrar no século XXI (DELORS, 2006, p. 19). Para dar à educação o lugar central que lhe cabe na dinâmica social, esta precisa “conduzir ou reconduzir, para o sistema educativo, todos os que dela andam afastados, ou o abandonaram” (DELORS, 2006, p. 56/57).

No Relatório Delors, segundo aponta RIZZOTTO (2007), a educação parece se apresentar numa perspectiva redentora e salvacionista, marcada pelas recomendações escolanovistas, perspectiva expressa no Relatório enquanto responsável pelo desenvolvimento pessoal, social e mediadora das relações entre os indivíduos, grupos e nações, visando à construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Também a educação bolivariana se apresenta como uma variável libertadora²², tanto em nível individual, “*desarrolla el potencial creativo de cada ser*

humano y el pleno ejercicio de su personalidad em una sociedad democrática”, quanto ao nível coletivo “*um medio para lograr la justicia, la igualdad y la integración social*” (VENEZUELA *apud* RIZZOTTO, 2007, p. 56). Tal entendimento é descolado da sociedade, pois acredita-se que por meio da educação se chegaria a uma sociedade ideal.

Numa outra posição teórica contrária a essa, entende-se que sociedade ideal como a própria nomenclatura aponta só existe no mundo das ideias e, portanto, na prática do dia a dia estão problemas concretos que o mundo das ideias não previu ou não pôde responder. Além disso, a educação não está isolada dos outros âmbitos da sociedade e, portanto, não pode ser pensada fora dela, uma vez que é resultado dos embates que se configuram no plano econômico, político e social, sendo, então, expressão dessa realidade (SAVIANI, 1987). A educação traz em si um potencial humano, que por intermédio do trabalho pode transformar o mundo em que vive ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo. Nesse processo de transformação homem-natureza ocorre o desenvolvimento pleno do ser humano e esse processo é incompatível com a sociedade de caráter excludente, como a capitalista.

A partir da identificação de que determinados conceitos da UNESCO foram incorporados no projeto de educação escolar bolivariano é preciso destacar que não há uma homogeneidade e uma coerência integral entre a concepção de educação do PNFE e o Relatório, contudo salientamos que, em face disso, o projeto de educação escolar da Venezuela pode guardar uma contradição. Passa-se, assim, a apresentar sucintamente o que parece ser o ponto onde esses dois projetos estão em descompasso conceitual.

No Relatório Delors (2006) o pressuposto de “aprender a viver juntos” se apresenta como um processo que se inicia no nível local e relaciona-se com a decisão de cada um, ou seja, de caráter subjetivo, o que justifica a visão localista da educação. O local do Relatório parece apresentar-se de forma distinta do assumido no Projeto Bolivariano, no desenvolvimento endógeno, ou na municipalização, visto que o documento da UBV considera o nível local como lugar privilegiado para definir o processo de formação (RIZZOTTO, 2007). Também o entendimento de democracia e os elementos de participação, presentes na Constituição da Venezuela superam o entendimento de democracia da UNESCO, ao afirmar que a educação “confunde-se, até, com democracia, quando todos participam na construção de uma sociedade responsável e solidária, respeitosa dos direitos fundamentais de cada um” (DELORS, 2006, p. 63). Já a Constituição da Venezuela incorpora mecanismos de participação (tais como: referendo popular, consultas populares e outras formas de autogestão, cogestão e cooperativas, há ainda o Poder Cidadão e o Poder Eleitoral - CNE), que superam os mecanismos clássicos do liberalismo e seu conceito de democracia passa de representativa para participativa. A “educação ao longo da vida” nos documentos da UBV apresenta-se para dar conta da formação individual dos educandos e do desenvolvimento das comunidades, porém desde que não adeque a formação a essa demanda, perpetuando a exploração e a exclusão, ou deixando de transmitir os conhecimentos produzidos e sistematizados pela

humanidade.

Com esse descompasso conceitual, mostrado acima, e os elementos de articulação que a educação bolivariana - em especial o PNFE - tem com o projeto atual da sociedade venezuelana, poderia-se inferir que tendencialmente a possível contradição pode ser superada à medida que avança o processo da revolução bolivariana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentou-se o *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras*, identificando seus objetivos e a concepção de educação que o norteia. O PNFE, enquanto um programa, compõe a Política Educacional – entendida como parte das Políticas Sociais – venezuelanas, que especificamente no Ensino Superior, se expressa de forma mais nítida na UBV e na Missão Sucre. Como destacado no início deste artigo, tais políticas, embora ao se propor como contraponto às políticas de cunho neoliberal, levam em conta o conceito de equidade e acabam se constituindo numa política fragmentada, focalizada, relacionada a enunciados expressos pela CEPAL e pela UNESCO. Todavia, é válido salientar que as políticas sociais podem ser um campo de possibilidades - uma vez que se não houver tensão de classe não se avança para lugar nenhum - mas que precisa ser entendida como resultado das contradições desta forma de produzir a vida.

Por meio da descrição e análise do referido Programa foi possível identificar a vinculação da concepção de educação venezuelana presente no PNFE com a UNESCO, e esse estreitamento conceitual pode indicar uma contradição em relação ao Projeto Revolucionário Bolivariano. Apesar desta constatação, entende-se que o governo bolivariano busca articular a educação ao projeto societário. Mas, afinal, quando a educação esteve isenta de caráter ideológico? Conforme Rizzotto (2007) a educação não é neutra e vincular o processo de formação a determinado projeto de sociedade é um elemento fundamental para conseguir transformações sociais e econômicas, que tem a equidade e a democratização da educação superior como fios condutores do projeto educativo da revolução. Sendo assim, seja num projeto capitalista, seja num projeto que se pretenda a construir o socialismo de via venezuelana - enunciado no Primeiro Plano Socialista que orienta econômica e socialmente a nação venezuelana de 2007 a 2013 - a educação não está a parte. Logo, contraditoriamente, um projeto maior de sociedade tem em seu seio orientações para formação de educadores e educadoras na UBV, que irão formar o novo homem, de uma concepção arraigada no pensamento liberal. Grosso modo, parece ser isso que, em última análise, sustenta e embasa o Programa, uma vez que a educação se apresenta como uma variável libertadora: formar o novo homem, que deve estar “a serviço da refundação da república bolivariana”, se apropriando de conhecimentos que sirvam para a vida, partindo da experiência e dirija-se para a

formação patriótica, solidária e humanitária e que esteja preparado para compartilhar a vida social e construir a integração da América Latina (VENEZUELA, 2006a).

Vale reafirmar aqui, que não acredita-se na escola redentora da sociedade, pois a educação é resultado dos embates que se configuram econômico, político e socialmente, sendo expressão dessa realidade, e, todavia, o desenvolvimento pleno do ser humano é impossível numa sociedade excludente. E, conforme coloca Saviani (2003, p. 66) é preciso superar a “crença na autonomia ou na dependência absoluta da educação em face das condições sociais vigentes”.

Por fim, percebe-se que o *Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras* – em sua concepção “humanista-moderna” guarda uma contradição, que terá que ser resolvida no percurso político e econômico venezuelano, e, portando, precisa ser superado – surge como resposta às demandas sociais e a necessidade de uma diferente formação no ensino superior, para viabilizar o Projeto Revolucionário Bolivariano, projeto maior do governo Chávez, já que os modelos de universidade, de política educacional e formação anteriores iam no caminho contrário ao almejado. E, apesar de muita polêmica em torno do fato de utilizar-se de uma concepção de educação que é liberal fica a dúvida se essa concepção vem atrapalhando ou não o processo de aprendizagem e prioritariamente a revolução bolivariana, questão que só poderá ser respondida com o tempo e outras investigações.

8. REFERÊNCIAS

- BARROS, Pedro Silva. Venezuela: mudanças e perspectivas – A razão chavista. **Prêmio América do Sul**. Brasília: Funag, 2007.
- CASANOVA, Ramón. **Desigualdad educativa, población y desarrollo**: exploraciones para el escenario de la Venezuela de comienzos del siglo XXI. Caracas: Fondo de Poblaciones de las Naciones Unidas (Unfpa), 2008.
- CEPAL/ UNESCO. Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Equidade. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta anos do Pensamento da CEPAL**. v. 2, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- DELORS, Jacques et al. (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006. p. 9-117.
- DUARTE, Newton. As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e algumas ilusões da assim chamada Sociedade do Conhecimento”. In: _____. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?** 1 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. p. 5-16. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- GAJARDO, Marcela. **Reformas Educativas en América Latina**. Balance de una década. Santiago de Chile, Preal, nº 15, 1999

- JÁUREGUI, Luis Bravo. **La educación en tiempos de Chávez**. Una revisión crítica y académicamente orientada del proceso de la educación nacional a partir de 1999. Venezuela: El Nacional, 2006. p.7-
- OSZLAK, Oscar. De menor a mejor. El desafío de la segunda reforma del Estado. **Revista Nueva Sociedad**. Caracas: Fundación Friedrich Ebert, nº 160, Marzo-Abril de 1999.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia em geral, em especial a filosofia alemã. Feuerbach Fragmento 1 e 2. Feuerbach e história. In: —. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- . **Textos sobre educação e ensino**. 2. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992.
- REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Gaceta Oficial n. 5453E de 24 de marzo de 2000. Disponível em: <<http://www.mp.gob.ve./leyes.asp>> Acesso em 01 de Jul. de 2009.
- RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. A formação de profissionais de saúde no âmbito do Projeto Revolucionário Bolivariano na Venezuela. **Relatório de Pós-Doutorado**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. p. 1-60.
- SAVIANI, Dermeval. Tendências e Correntes da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval Trigueiro et al. (org.) . **Filosofia da Educação Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987. p. 9-45
- . **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 36 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso tempo; vol. 5)
- UBV. **Bases, Criterios y Pautas para el diseño curricular de los Programas de Formación de la UBV**. Caracas, 2003.
- VENEZUELA, República Bolivariana de. **Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras PNFE**. Caracas: coordinación de ediciones de publicaciones - UBV, 2006.
- . Ministério da Comunicação e Informação. **A Educação bolivariana**. Caracas, 2005. (Coleção Temas de Hoje)
- . Ministerio de Educación y Deportes. **Escuelas Bolivarianas: Avance cualitativo del proyecto**. Caracas, 2006a.
- . Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria. **La revolución bolivariana em la educación universitária: 1999-2009**. s/d
- . **Misión Sucre: Compendio Documental Básico**. Caracas, 2004.

NOTAS

(Footnotes)

¹ Pedagoga. Discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação na Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista DS/CAPES/PRPPG. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais(GPPS). E-mail: debi_vz@hotmail.com.

² Doutora em Educação. Professora Associada da Unioeste – Campus de Cascavel. Professora do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais (GPPS). E-mail: guimanog@terra.com.

³ Porém, há um padrão de distribuição socialmente diferente da educação, da forma polarizada do financiamento público por níveis da organização escolar. Segundo o autor, a polarização é favorável aos segmentos mais escolarizados, uma vez que os serviços universitários dispõem por volta de 40% do orçamento. Em 1979, 36% do gasto público em educação correspondiam a universidades e instituições de educação superior, enquanto a educação inicial captava 5%, a educação primária 32% e a média 27%. Já para 1994, o orçamento para a educação superior estava em 43%, o mais alto da América Latina (cf. CASANOVA, 2008).

⁴ A origem da Reforma Educativa na América Latina está ligada ao Consenso de Washington, e aos Acordos de Jomtien, ao estabelecerem diretrizes aos países periféricos (GAJARDO, 2000) numa concepção de educação como variável de desenvolvimento (CEPAL, 2000). O argumento central em relação ao problema do sistema educativo na região está na forma de gestão: os sistemas são ineficientes, a ideia é descentralizar, de modo a transferir funções, custos, avaliar os resultados, viabilizada pela política de qualidade, visando aos ganhos educativos, melhorando a eficiência e a eficácia do sistema via reformas institucionais, sem aumento de financiamento.

⁵ Segundo Jáuregui (2006, p. 33) “el Presidente quiere la gratuidad en todos los niveles, incluso el superior, y le impone el país una imagen según la cual va en serio lo del no pago de matrícula en preescolar, básica y media, porque tampoco las universidades van a caer en la tentación neoliberal de cobrar matrícula. Se ocupa el funcionariado del Ministerio de dejar en claro que el gobierno en 1999, iba en serio respecto a la gratuidad absoluta”.

⁶ A nova Carta magna estabelece a refundação da república, que passa a se chamar República Bolivariana de Venezuela e incorpora, de acordo com o artigo 70º (VENEZUELA, 2000), novos mecanismos de participação, tais como: referendo popular (consultivo, revogatório ou aprobatório), consultas populares e outras formas de autogestão, cogestão e cooperativas. Também há outros poderes instituídos, independentes: o Poder Cidadão, exercido pelo Conselho Moral Republicano (composto por Defensor do Povo, Fiscal Geral e Controlador Geral da República) e o Poder Eleitoral (CNE). Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/estructura/estructura_edo.html> Acesso em: 25 mar. de 2010.

⁷ Há diversas missões, que atendem a problemáticas distintas: Barrio Adentro, Milagro, Alimentación/Mercal, Cristo, Árbol, Ciencia, Cultura, 13de Abril, Ché Guevarra, Guaicapuro. Mais informações e as demais missões ver: Misiones. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/misiones.html#arbol>> Acesso em: 22 mar. 2010.

⁸ Este Sistema de Educação Escolar, de caráter experimental e em paralelo as escolas que já existiam naquele país, procura corrigir as distorções e a exclusão de todos os que estão à margem do sistema escolar na Venezuela. Crianças, jovens e adultos que estão dentro da faixa etária e, pelos motivos anunciados acima, estão com seus estudos incompletos, serão contemplados pelos níveis do Simoncito (Educação Infantil, em tempo integral, maternal de 0-3 anos e pré-escolar de 3-6 anos) ou pelas Escuelas Bolivarianas (de 1º a 6º ano, educação em tempo integral da criança de 7-12 anos) ou pelos Liceos Bolivarianos (Ensino Médio, educação em tempo integral a adolescentes e jovens de 13-18 anos) ou pela Universidade Bolivariana de Venezuela. Já os jovens e adultos que estão fora da faixa etária serão contemplados pela política inclusiva do Sistema Nacional Inclusivo das Missões: Robinson (alfabetização), Ribas (continua a escolaridade e o ensino profissional) e Sucre (ensino superior). Há também outras missões como a Misión Cultura, Misión Ciência, Misión Barrio Adentro Misión Milagro (da saúde), Misión Guaicapuro (indígena), entre outras.

⁹ O conceito de cidadão em si, já é problemático, pois parte do ideário liberal, colado a liberdade que os indivíduos tem para vender sua força de trabalho, uma vez que emerge - com a ascensão do capitalismo e a burguesia no poder - em oposição a noção de servo do mundo feudal. Também quanto ao adjetivo colado ao termo cidadão a questão é problemática, uma vez que “se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propícios ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado”(MARX; ENGELS; 1992, p. 28). Já” na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me a criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico” (MARX; ENGELS; 2007, p. 38).

¹⁰ Atualmente há os seguintes programas: Agroecología, Arquitectura, Comunicación Social, Educación, Estudios Jurídicos, Estudios Políticos, Gestión Ambiental, Gestión Salud, Gestión Social, Hidrocarburo Gas, Hidrocarburo Petróleo, Hidrocarburo Refinación y Petroquímica, Informática para la Gestión Social, Medicina Integral e Radioterapia. Disponível em: <http://www.ubv.edu.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=58&Itemid=81> Acesso em: 28/03/10.

¹¹ O PNFE responde também aos seguintes artigos da Constituição que tratam da educação: 3, 21, 81, 102, 103, 104, 119 ao 126 (VENEZUELA, 2000).

¹² São disciplinas que referenciam a formação do educador: Historia y Geografía de Venezuela; Teoría y Práctica de la Comunicación y el Lenguaje; Filosofía y Sociología de la Educación; Tecnologías de la Información y la Comunicación; Pensamiento Político, Latinoamericano y Caribeño; Administración y Prevención de Desastres; Matemática y Estadística; Metodología de la Investigación Pedagógica; Psicopedagogía; Sistema Educativo Bolivariano; Talleres Electivos.

¹³ A vinculação com a escola se realizará desde o início da formação, com o acompanhamento de professor tutor e do professor acessor.

¹⁴ Momento em que são desenvolvidos o trajeto inicial e intermediário. Para obter o título de Licenciado em Educação a formação se estende mais dois anos, com desenvolvimento do trajeto de formação especializada.

¹⁵ As sedes que oferecem o Programa são Caracas, Maracaibo, Ciudad Bolívar, Falcón, Maturín, Aragua, Táchira, Barinas y Miranda (Valles del Tuy), mas pode ser cursada em todas as aldeias e ambientes de aprendizagem. Disponível em: <www.ubv.edu.ve>. Acesso em: 28 mar. 2010.

¹⁶ Visa o domínio dos instrumentos do conhecimento, como um meio (por pretender que cada um aprenda a compreender o mundo que o cerca, ao passo que isso carece para viver, para desenvolver suas capacidades profissionais, para comunicar-se) e uma finalidade humana (pois sua base é o prazer de compreender, conhecer, descobrir) (DELORS, 2006).

¹⁷ Para adquirir uma profissão e as competências que tornam a pessoa apta a enfrentar inúmeras situações e a trabalhar em equipe; para aprender a fazer no espaço das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, de forma espontânea - resultado do contexto local ou nacional - ou formal, devido ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho (DELORS, 2006)

¹⁸ Para compreender o outro e perceber as interdependências, a realização de projetos comuns e gerenciar conflitos, no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz (DELORS, 2006).

¹⁹ No intuito de melhor desenvolver sua personalidade e agir de forma mais autônoma, com discernimento e responsabilidade pessoal, e assim, não descuidar na educação das potencialidades: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se (DELORS, 2006).

²⁰ Embora em tese Saviani seja um referencial usado para analisar a educação brasileira, sua categorização acerca das concepções de educação, ao abarcar distintas correntes filosóficas que permeiam não só o Brasil pode ser relacionada a outros países, desde que observadas as condições.

²¹ Entre as missões estão: despertar em todos, segundo as tradições e convicções de cada um, respeitando inteiramente o pluralismo; fazer frutificar em todos seus talentos e potencialidades criativas; preparar cada um para o papel social de ser capaz de participar, de forma ativa, num projeto de sociedade, mostrando os direitos e deveres, desenvolvendo as competências sociais e estimulando o trabalho em equipe na escola (DELORS, 2006).

²² Nas orientações políticas para a educação, atualmente na Venezuela, Paulo Freire é um dos intelectuais que referenciam a prática pedagógica, principalmente baseada na sua contestação a educação bancária.

Recebido: 26/05/2010

Aprovado para publicação: 19/08/2010